CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 20.218/11/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.00003178585
Impugnação: 40.010129651-71
Impugnante: Adir Lopes Diniz Adami
CPF: 784.542.807-82
Origem: DF/Governador Valadares

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do IPVA devido, uma vez que a proprietária dos veículos tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN. O registro e o licenciamento dos veículos no Estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente lançamento decorre da falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2006 a 2010, em virtude de registro e licenciamento indevido dos veículos de placa MPH-5905, MRF-6914 e MTE-7446 no Estado do Espírito Santo, uma vez constatado que a proprietária dos veículos tem residência habitual em Aimorés, MG.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03, além de juros de mora.

O processo encontra-se instruído com a Notificação de Lançamento – (fls. 02/03); Demonstrativo de Correção Monetária e Multas – DCMM (fls. 04/05); Relatório Fiscal – (fls. 06/09); Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF (fls. 10/11); Termo de Intimação nº 519/2010 (fls.14); Termo de Intimação nº 520/2010 (fls. 15); Termo de Intimação nº 521 (fls. 16); Pesquisa de Veículos na BIN (fls. 18); Dossiê Consolidado de Veículo – DETRAN/ES e Tabela FIPE (fls.19/23); Pesquisa de Veículo – Histórico do Proprietário (fls. 25/26); Pesquisa de Veículo – Dados do Proprietário (fls. 27); Consulta Base do CPF (fls. 28); extratos do SIARE (fls. 34/42 e fls. 93); Manifestações e Cópias de Documentos da Autuada (fls. 43/89).

Da Impugnação

Inconformada, a Notificada apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 96/103, oportunidade em que junta os docs. de fls. 104/132, e alega, em síntese, que:

- o lançamento é equivocado, visto que fundado em mera suposição;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- reside tanto neste Estado como no Estado do Espírito Santo e possui bens imóveis e veículos nos dois Estados da Federação;
- no Estado do Espírito Santo, possui imóvel residencial, onde reside com sua família, sendo que seus filhos estudam naquele Estado;
- possui linha telefônica fixa instalada, TV por assinatura e o cadastro de energia elétrica está em nome de seu marido;
- tem registro principal no Conselho de medicina do Estado do Espírito Santo e tem domicílio eleitoral no Município de Vitória – ES;
- dois dos veículos notificados são utilizados por seus filhos em seus afazeres diários naquele Estado e um terceiro é utilizado por ela, para ir e vir de uma residência a outra;
- ela e seu marido utilizam-se de outros veículos emplacados neste Estado;
- o fato gerador do IPVA ocorre no Município de residência do proprietário do veículo, sendo certo que, havendo mais de uma residência, o fato gerador ocorre no município de cada uma, em relação aos veículos utilizados em cada Estado;
- de acordo com o art. 71 do Código Civil (CC/02), se a pessoa natural tiver duas residências onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu, qualquer delas;
- não se pode deixar de considerar o disposto no art. 112 do Código Tributário Nacional (CTN);
- os Estados da Federação não podem se opor ao direito de ir e vir das pessoas e circulação dos bens, sob pena de ser ferido o pacto federativo;
- não procedeu de má-fé ou de forma a causar prejuízo a este ou aquele Estado da Federação.

Discorre sobre a legislação aplicável, cita acórdão do CC/MG e decisão de tribunal do Estado de São Paulo, para ilustrar a jurisprudência sobre a matéria.

Pede, ao final, a improcedência do lançamento.

Da Manifestação Fiscal

A Fiscalização, em bem fundamentada Manifestação de fls. 136/144, refuta as alegações da defesa e pede, ao final, seja julgado procedente o lançamento.

Para tanto, faz uma análise pormenorizada da legislação que rege a matéria, mormente no que tange ao art. 70 do Código Civil (CC/02); traça um paralelo entre os conceitos de domicílio e residência, invoca a norma ínsita no art. 127 do CTN, menciona doutrina e conclui que o critério a ser adotado, no presente caso, para fins de pagamento do IPVA é o do domicílio tributário.

Diz que apesar da Impugnante ter apresentado registro no Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, não apresentou nenhuma prova de atividade laboral naquele Estado.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Para fortalecer os seus argumentos, a Fiscalização insere em sua Manifestação o registro da Notificada no Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (fls. 142), indicando ser um registro ativo e destaca que os extratos do IPSEMG e do Guia Médico, anexados aos autos, demonstram a sua atividade laboral neste Estado e traz, também, comprovantes de sua inscrição no Cadastro de produtor Rural no Estado de Minas Gerais. Além disto, junta aos autos o extrato da “Consulta base do CPF”.

Segundo alega, depara-se na região de fronteira com o Espírito Santo com a busca de facilidades oferecidas por aquele Estado, que pratica a chamada “Guerra Fiscal”, oferecendo uma redução considerável da carga tributária.

Entende comprovado que o imposto é de fato devido ao Estado de Minas Gerais e que, no caso, o registro e licenciamento dos veículos foram feitos indevidamente naquele Estado.

DECISÃO

Conforme já relatado, a acusação fiscal é de falta de recolhimento do IPVA devido a este Estado, nos exercícios de 2006 a 2010, referente aos veículos de placa MPH-5905, MRF-6914 e MTE-7446, de propriedade de Adir Lopez Diniz Adami, cuja residência habitual é em Aimorés, MG.

De acordo com o Relatório Fiscal de fls. 06/09, mediante o cruzamento de dados dos veículos e de sua proprietária, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e da Receita Federal, a Fiscalização constatou que os retromencionados veículos encontram-se registrados e licenciados indevidamente no Estado do Espírito Santo, uma vez que a sua proprietária possui residência habitual no Município de Aimorés, MG.

Fundamenta-se a Fiscalização nas disposições do Código Tributário Nacional (CTN), art. 127, inciso I, para afirmar que o critério determinante do domicílio tributário do contribuinte do IPVA é a sua residencial habitual.

Por sua vez, a Notificada junta aos autos diversos documentos (fls. 104/132), com o objetivo de comprovar que tem residência também no Estado do Espírito Santo, possuindo veículos registrados e licenciados nos dois Estados da Federação. Embasada no art. 71 do Código Civil (CC/02) defende que, tendo duas residências, considera-se domicílio seu, qualquer delas.

Não é demais lembrar, que consta da Manifestação Fiscal, às fls.143, que no Estado do Espírito Santo a legislação do IPVA (Dec. Nº 1008-R, de 05/03/02 – arts. 18-A, 19 e 29-A) prevê uma alíquota de 2% e redução de base de cálculo de 50%, metade da utilizada no Estado de Minas Gerais, que estabelece uma alíquota de 4% para a mesma hipótese. Afora isto, o imposto pode ser parcelado em até 10 (dez) vezes , o que não ocorre em Minas Gerais.

Diante disto, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão ora discutida, mormente no que tange à possibilidade, ou não, da eleição, pelo contribuinte, do Estado em que vai registrar e licenciar o seu veículo e, conseqüentemente, recolher o IPVA.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ressalta-se, inicialmente, que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, encontra-se previsto no art. 155, inciso III da Constituição Federal (CF/88), que além de conferir aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para sua instituir o imposto, estabelece:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

III - propriedade de veículos automotores.

(...)

§ 6º - O Imposto previsto no inciso III:

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

Todavia, não foi editada lei complementar, nos moldes previstos no art. 146, incisos I e II da CF/88, veiculada nacionalmente, estabelecendo normas gerais sobre o IPVA.

Por isto, são muitos os aspectos conflitantes decorrentes das várias legislações estaduais editadas, nas quais se verificam tratamentos diferenciados para o imposto, especialmente no que tange às alíquotas aplicadas, levando muitos proprietários de veículos a registrarem e a licenciarem seus veículos nos Estados nos quais a alíquota é menor, apesar de lá não residirem.

Há de se destacar, contudo, que o Estado de Minas Gerais, utilizando-se da competência que constitucionalmente lhe foi atribuída, editou a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, determinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (Grifou-se)

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...).

Conforme se verifica, o legislador estadual, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento neste Estado.

Lado outro, as condições para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado são disciplinadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, aprovado pela Lei Federal nº 9.503/97, que estabelece em seu art. 120 que os veículos automotores deverão ser registrados no **local de domicílio ou de residência** do seu proprietário. Confira-se:

Art. 120 - Todo veículo automotor elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o órgão executivo de Estado ou do Distrito Federal, **no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.**
(Grifou-se).

Sobre as diferenças léxicas e jurídicas das palavras “domicílio” e “residência”, Renato Bernadi, Procurador de Fazenda do Estado de São Paulo, mestre e doutor em Direito Tributário, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2008), esclarece que pelo simples fato de que a lei não contém palavras inúteis, pode-se inferir que ambas as palavras não são sinônimas e ensina:

(...) Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário. (...).

Com efeito, tratando-se de matéria tributária, para fins de determinação do domicílio tributário, há que ser observado o que estabelece o Código Tributário Nacional (CTN), notadamente no seu art. 127, *in verbis*:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, **na forma da legislação aplicável**, considera-se como tal:
(grifou-se).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

(...).

Sobre esta matéria, já decidiu o TJMG, conforme ementa que se transcreve, exemplificativamente:

EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IPVA. COBRANÇA. LOCAL DO DOMICÍLIO DO PROPRIETÁRIO. - O IPVA RELATIVO A VEÍCULO PERTENCENTE À PESSOA NATURAL DEVE SER RECOLHIDO EM FAVOR DO ESTADO EM QUE O PROPRIETÁRIO É DOMICILIADO.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0702.09.588882-3/001 - COMARCA DE UBERLÂNDIA - APELANTE(S): ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): EDÉLCIO CALDEIRA FREITAS - RELATOR: EXMO. SR. DES. BELIZÁRIO DE LACERDA

ACÓRDÃO

VISTOS ETC., ACORDA, EM TURMA, A 7ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DESEMBARGADOR WANDER MAROTTA, INCORPORANDO NESTE O RELATÓRIO DE FLS., NA CONFORMIDADE DA ATA DOS JULGAMENTOS E DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM DAR PROVIMENTO.

BELO HORIZONTE, 19 DE ABRIL DE 2011.

DES. BELIZÁRIO DE LACERDA - RELATOR

Consta do voto do eminente relator:

(...)

A PRESENTE AÇÃO TEM A FINALIDADE DE DESCONSTITUIR A COBRANÇA DE VALORES RELATIVOS AO IPVA EXIGIDA PELO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2005 A 2008, ATINENTES À CAMINHONETE "MITSUBISHI/L200 4x4 GLS" DE PLACA NGE-8780, UMA VEZ QUE O AUTOR ALEGA QUE NESTE PERÍODO O VEÍCULO ESTAVA REGULARMENTE REGISTRADO E LICENCIADO NO ESTADO DE GOIÁS, PARA O QUAL FOI RECOLHIDO O MENCIONADO TRIBUTO.

COMPULSANDO DETIDAMENTE O PRESENTE CADERNO PROCESSUAL, TENHO QUE MERECE SER ACOLHIDO O RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO ESTADO DE MINAS GERAIS.

IMPORTANTE SALIENTAR QUE O IPVA É UM TRIBUTO DA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL (ART. 155, INCISO III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) E, POR TAL MOTIVO, A LEGISLAÇÃO PODE VARIAR EM CADA UNIDADE

FEDERADA.

O CRITÉRIO FIXADOR DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO EM RELAÇÃO AO IPVA É O PREVISTO NO ART. 127 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, QUE DETERMINA ÀS PESSOAS FÍSICAS QUE REGISTREM SEUS VEÍCULOS NO ESTADO DA FEDERAÇÃO ONDE RESIDAM COM HABITUALIDADE, E ÀS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE REGISTREM SEUS VEÍCULOS ONDE TENHAM AS RESPECTIVAS SEDES. (GRIFOU-SE)

(...).

Conforme se depreende da norma ínsita no art. 127 do códex retrocitado, a eleição do domicílio pelo contribuinte só é possível na forma da legislação aplicável.

Contudo, a Lei nº 14.937, que trata do IPVA neste Estado, não deu ao contribuinte do imposto o direito de eleger seu domicílio tributário e, assim, o contribuinte mineiro deve observar para fins de registro e licenciamento de seus veículos, o seu domicílio tributário, nos moldes do que determina o art. 127 do CTN, ou seja, na Unidade da Federação onde resida com habitualidade, no caso de pessoa física, e, no caso de pessoa jurídica de direito privado, na sua sede.

Em outra vertente, o argumento da Defesa de que se aplicaria ao caso as disposições dos arts. 70/78 do Código Civil (CC/2002) não podem ser aceitas, pois, como ensina o Prof. Bernadi, no artigo já citado, *“referidas regras aplicam-se às obrigações civis, ao passo que, pelo princípio da especialidade, em se tratando de obrigações tributárias, é aplicável o Código Tributário nacional, especificamente seu art. 127”*.

Feitas estas considerações, é de fundamental importância a análise dos documentos juntados aos autos, tanto pela Fiscalização quanto pela Impugnante, para se aferir o domicílio tributário da Notificada.

Neste sentido, destacam-se os seguintes documentos juntados:

1) Escritura Pública (fls. 80/82) e Certidão expedida pelo Cartório de Registro Geral de Imóveis e Registro Torrens da 1ª Zona da Comarca de Vitória (fls. 109), trazidas pela Impugnante:

- estes documentos comprovam a propriedade de imóvel residencial em Vitória, Estado do Espírito Santo, pela Notificada. Porém, convém salientar, que este fato, por si só, não autoriza o registro e licenciamento dos veículos da Contribuinte naquele Estado, pois o critério determinante do domicílio tributário não é a titularidade sobre o bem imóvel, mas a habitualidade da residência, conforme visto;

2) Histórico Escolar e comprovante de matrícula na Universidade Federal do Espírito Santo de Vinicius Lopes Adami e Fabricius Lopes Adami (fls. 123/124 e 128/130):

- sem dúvida estes documentos comprovam que os filhos da Notificada estudam ou estudaram no Estado do Espírito Santo e, conforme consta da Defesa, lá residem. Mas, este dado também não é determinante do domicílio tributário do

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

proprietário do veículo automotor, haja vista que o fator decisivo é a habitualidade da residência, como já se concluiu.

3) cópia de recibo de pagamento de taxa condominial, de conta de telefone, NET e de conta de luz, constando o endereço do imóvel acima referido:

- como afirma a Impugnante, os filhos dela estudam e residem naquele Estado, no apartamento de sua propriedade e tais despesas são relativas ao imóvel. Repita-se pela importância, o estudo de dependentes em outro Estado não determina que lá seja o domicílio tributário.

4) Cédula de Identidade de Médico, expedida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (fls. 105):

- nada obstante, a Impugnante não comprovou o exercício de sua atividade laboral naquele Estado. A *contrário sensu*, a Fiscalização inseriu, às fls. 142, o registro no Conselho Regional de Medicina no Estado de Minas Gerais (CRM/MG), registro ativo com o nº 21.54, que aliado ao extrato do IPSEMG – Instituto de previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais comprova ser ela credenciada daquele Órgão, exercendo clínica médica, no Município de Aimorés, MG.

Além disto, no extrato do Guia Médico, juntado pela Fiscalização às fls. 30, verifica-se que a Contribuinte é pediatra, exercendo suas atividades nesta especialidade, também no Município de Aimorés, onde atende pelo Convênio GEAP – Fundação de Seguridade Social;

5) consultas de informações da Inscrição Estadual de Produtor Rural, extraídas do SIARE – Sistema Integrado de Administração da Receita (fls. 31/42):

- tais documentos comprovam que a Impugnante tem inscrição como produtora rural neste Estado, sendo diversas as propriedades rurais. Este fato, por si só, não seria suficiente a comprovar o domicílio tributário da Contribuinte neste Estado. Contudo, observa-se desses documentos, que o endereço informado para correspondência é Avenida Raul Soares, nº 176, centro, Aimorés, MG, ou seja, o mesmo endereço informado por ela nos esclarecimentos prestados à Fiscalização (fls. 43/44) e, também, o mesmo endereço constante dos certificados de veículos de sua propriedade e de seu marido, registrados neste Estado (fls. 45/46);

6) Instrumento Particular de Arrendamento de fls. 55/56:

- neste documento, juntado pela Fiscalização, verifica-se que a Impugnante, na condição de arrendatária, deixa expresso, na sua parte introdutória, que é proprietária rural, **“residente e domiciliada em Aimorés, MG”**;

7) extrato da “Consulta à Situação do título de eleitor” do Tribunal Superior Eleitoral e “Consulta ao local de votação” (fls. 107/108):

- frise-se que o domicílio eleitoral não é domicílio tributário, nos moldes da norma ínsita no art. 127 do CTN;

8) extrato da “Consulta base do CPF” (fls. 28):

- o endereço da Notificada informado neste documento trazido pela Fiscalização, é: **Av. Raul Soares, nº 176, Centro, aimorés, MG**. De acordo com

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Leandro Paulsen (Direito Tributário – Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência – Livraria do Advogado Editora, 11ª Ed.: 2009) , a atualização do domicílio da pessoa física, “ocorre automaticamente com a indicação do endereço quando da entrega da declaração anual de ajuste do IR, podendo, ainda, ser requerida a qualquer tempo, conforme normas acerca do CPF”.

Neste caso, a informação foi extraída em 17/06/10, como pode ser verificado às fls. 28.

Portanto, as provas constantes dos autos permitem afirmar que a Notificada é proprietária de um imóvel situado em Vitória, no Estado do Espírito Santo, onde os seus filhos residem e estudam e para onde se desloca, dando suporte aos filhos, conforme ela mesma alega.

Contudo, não existe no direito tributário, de modo diverso do que se dá no direito civil, a possibilidade de pluralidade de domicílios de pessoa física. Cabe assinalar que no presente caso, diante dos documentos constantes dos autos, é possível concluir que a residência habitual da Impugnante é no Município de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, e, assim, é lá o seu domicílio tributário para fins de recolhimento do IPVA, nos moldes do que determina o art. 127 do CTN.

E nem se alegue que poderia a Contribuinte, para fins de recolhimento do IPVA, eleger o seu domicílio. Repita-se, nos termos do art. 127 do CTN, a eleição do domicílio pelo contribuinte somente é possível na forma da legislação aplicável e não existindo esta regra na legislação do IPVA deste Estado, não é permitido ao contribuinte desse tributo o direito de eleger seu domicílio tributário, conforme ensina o Prof. Renato Bernardi, já mencionado.

Isto posto, exsurge da análise da legislação e dos documentos constantes dos autos que a Notificada tem residência habitual em Aimorés, devendo recolher o tributo devido em razão da propriedade de seus veículos automotores no Estado de Minas Gerais.

Desta forma, resta plenamente caracterizada a infração, afigurando-se corretas as exigências consubstanciadas na Notificação de Lançamento em exame.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além da signatária, os Conselheiros André Barros de Moura (Revisor), José Luiz Drumond e Luiz Fernando Castro Trópia.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2011.

**Maria de Lourdes Medeiros
Presidente / Relatora**